JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano III – Nº 545 – Brasília, quarta-feira, 17 de setembro de 1997

Os trabalhos foram interrompidos na noite de ontem

O senador Lúcio Alcântara é o relator da matéria

Senado conclui hoje a votação da Lei Eleitoral

Proposta gerou amplo debate na sessão de ontem, com a participação de 14 senadores. O substitutivo do senador Beni Veras à reforma da Previdência também consta da pauta de hoje

O plenário deve votar hoje, em sessão convocada para as 10h, a proposta de Lei Eleitoral. A discussão da matéria ocupou a maior parte do tempo destinado à Ordem do Dia da sessão de ontem, quando 14 senadores ocuparam a tribuna. O relator da matéria, senador Lúcio Alcântara, destacou que, em se tratando de legislação para as eleições, não existe unanimidade e que o fiscal mais eficiente é o povo. Ele observou que, se o Legislativo adotou o princípio da reeleição, deve aceitar a realidade de que essa novidade existe.

Também está incluída na pauta da sessão ordinária de hoje a votação do substitutivo do senador Beni Veras à proposta de emenda constitucional que reforma a Previdência Social. A pauta inclui ainda a criação do Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco. **Página 3**

ACM lembra os 90 anos de Dona Canô

Afirmando que "a glória de Dona Canô é a glória da Bahia", o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, registrou a comemoração dos 90 anos da mãe de Caetano e Bethânia. **Página 6**

A CRE quer ouvir os ministros militares sobre a criação do Ministério da Defesa Nacional. Página 2

CCJ reverá projeto sobre crime hediondo

O projeto de lei originário da Presidência da República que permite o abrandamento da pena para os condenados por crimes hediondos foi devolvido à CCJ pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

O projeto aguardava deliberação do plenário, mas o próprio presidente do Senado manifestou-se na última sexta-feira contra sua conveniência, afirmando que a sociedade brasileira discorda da medida. ACM tomou a decisão a fim de que a matéria retorne a plenário conforme "o interesse da coletividade". **Página 5**

Acolhendo requerimento de Humberto Lucena, ministros das três armas e o chefe do Estado-Maior deporão sobre a nova pasta proposta pelo Executivo

CRE ouvirá militares sobre futuro Ministério da Defesa

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), acolheu requerimento do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) solicitando a convocação dos ministros do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas para exporem sua opinião sobre a criação do Ministério da Defesa Nacional.

Tuma: presidindo a reunião

Sarney encaminhará decisão

A decisão da CRE será despachada pelo seu presidente, senador José Sarney (PMDB-AP), e serão fixadas posteriormente as datas das exposições dos ministros da Aeronáutica, brigadeiro Lélio Viana Lobo, do Exército, general Zenildo Gonzaga de Lucena, da Marinha, almirante Mauro César Pereira, e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Benedito Onofre Leonel.

Humberto Lucena acredita que já está na hora de o Senado iniciar um debate em torno da questão - que envolve a segurança nacional - anunciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, tendo em vista que o Executivo deverá encaminhar a proposta ao Congresso, conforme anuncia a imprensa.

Brasil estreita laços com África do Sul

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE) acolheu ontem parecer favorável da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) a projeto de decreto legislativo que aprova o texto do acordo de cooperação, no campo da cultura, celebrado entre os governos da República Federativa do Brasil e da África do Sul, em Pretória, em 26 de novembro de 1996.

A CRE aprovou ainda parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP) a projeto de decreto legislativo que ratifica o texto do acordo relativo à isenção parcial de exigência de vistos, celebrado entre os governos da República Federativa do Brasil e da Malásia, em Kuala Lumpur, em 26 de abril de 1996. O acordo visa criar maiores facilidades no trânsito de pessoas entre os dois países, ao isentar de vistos quem, em missão oficial ou turismo, permanecer no outro país durante o máximo de 90 dias. Ambos os projetos irão agora a plenário.

Foi aprovado também parecer favorável do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) a projeto de decreto legislativo que ratifica o texto do acordo assinado entre o Brasil e a França sobre readmissão de "pessoa em situação irregular, estabelecendo regras definidas e recíprocas para o retorno ao país de origem de pessoas que não atendam, ou não atendam mais, as qualificações mínimas exigidas aos turistas".

Esses projetos serão submetidos ainda à deliberação do plenário do Senado.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Preside Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

10h - Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado
Pauta: Votação em turno único do *PLC nº 37/97, que estabelece normas para as eleições

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Votação em primeiro turno da *PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição; *PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96), que modifica o sistema de previdência social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado e estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e discussão em turno único do *PLS nº 319/95, que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

ESPECIAL

12h - Projeto Cultura ao Meio-dia - Cinema, com a projeção do filme *Ed Mort Procurando o Silva*, de Alan Fresnot. *Auditório Petrônio Portella*

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quinta-feira (18.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 41/96, que introduz alterações na Lei nº 8.629/93 (regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária); *PLC nº 156/93, que altera o art. 7º da Lei nº 5.889/73, que institui normas reguladoras do trabalho rural; *Projeto de Resolução nº 102/97, que autoriza o governo do estado do Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados à liquidação da oitava parcela, bem como da correção monetária relativa à sexta e sétima parcelas, todas de precatórios judiciais; *Projeto de Resolução nº 103/97, que autoriza o governo do estado do Piauí a alterar a forma e o prazo de pagamento dos contratos de operação de crédito, celebrados em 22 e 29.12.95, junto à Caixa Econômica Federal, relativos ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; *Projeto de Resolução nº 106/97, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US$ 25 milhões de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, a ser executado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (Ipea)

Sexta-feira (19.09.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Sexta-feira (19.09.97)

9h - Comissão de Orçamento
Pauta: Reunião regional - Norte em Belém - PA. *Instituto de Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará - Idesc - Av. Nazaré, 871*

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade
Editores – Djalba Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo
Repórteres da Agência Senado - Eli Teixeira, Teresa Cardoso, Suely Bastos, Rita Nardelli, Lúcio Leal, Domingos Mourão, Monica Cocus, Gilberto Campos, Graça Henriques, Paulo Henrique Bezerra, Jorge Frederico, Antonio Carabalo, Bernadete Barboza, Rafael Paixão, Alessandra Rocha, Fábio Lino, Anhouse Silveira, Márcia Magalhães e Beatriz Mendonça
Diagramação – Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro
Revisão – Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211
Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF
Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Catorze senadores discursaram ontem, antes da suspensão dos trabalhos. O relator Lúcio Alcântara apresentou seu parecer sobre as emendas e advertiu que o eleitor é o melhor fiscal da nova legislação

Sessão extraordinária para Lei Eleitoral

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocou para hoje, às 10h, sessão plenária extraordinária destinada à votação da Lei Eleitoral. O debate da matéria tomou a maior parte do tempo destinado ontem à Ordem do Dia, e 14 senadores ocuparam a tribuna para defender suas emendas e debater o assunto. Ao final, o relator, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), apresentou seu parecer sobre as emendas apresentadas, concluindo que em matéria de lei eleitoral não existe unanimidade e que, nesse assunto, o fiscal mais eficiente é o povo.

Ele explicou que essa não é uma lei específica para as eleições de 1998, e que "não se pode igualar o princípio da recandidatura a uma eleição líquida e certa". Lembrou também que, se o Legislativo adotou o princípio da reeleição, deve agora aceitar a realidade de que essa novidade existe, não sendo correto aproveitar a Lei Eleitoral para injetar dispositivos destinados a afetá-la.

Como havia avisado semana passada, Antonio Carlos convocou a sessão

O relator sustentou que o Senado não poderia aceitar o projeto de Lei Eleitoral exatamente como ele veio da Câmara, e criticou as emendas destinadas a impedir que o candidato à reeleição possa fazer reuniões políticas em sua residência oficial. "É um cerceamento da liberdade do governante que não se pode aceitar", afirmou Lúcio Alcântara.

Senadores fazem reparos ao texto

O primeiro senador a ocupar a tribuna foi Pedro Simon (PMDB-RS), dizendo que, no caso da Lei Eleitoral, a Câmara agiu de forma mais autônoma que o Senado. Ele sustentou que o presidente Fernando Henrique Cardoso não precisa de dispositivo que lhe permita inaugurar obras antes da eleição, como autoriza o projeto.

Ademir Andrade (PSB-PA) disse que o Senado estava votando o maior casuísmo da história do país, e que nem a ditadura foi capaz de aprovar uma lei permitindo a reeleição presidencial. Epitácio Cafeteira (PPB-MA) leu um texto da OAB criticando a lei, e afirmou que, enquanto se discutia a matéria em plenário, líderes governistas estavam no salão de chá do Senado para decidir previamente o que ia acontecer.

Eduardo Dutra (PT-SE) declarou que, embora líder, não fora convidado para a reunião de bastidores e que o país aguardava uma lei que estabelecesse um mínimo de igualdade entre os candidatos à eleição. Dutra julga que o projeto da Comissão de Constituição e Justiça não chega nem perto de uma possibilidade democrática de competição.

Eduardo Suplicy (PT-SP) também apontou a desigualdade propiciada pelo projeto. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu o financiamento público das campanhas, argumentando que a exclusividade de recursos públicos dispensa a contribuição de empresas privadas e minimiza os efeitos do abuso do poder econômico.

O financiamento das campanhas e a possibilidade de reeleição e de inaugurações de obras foram itens questionados pelos parlamentares

Júnia Marise (PDT-MG) afirmou que o projeto beneficia o presidente da República na sua candidatura à reeleição. Ela apresentou emenda para que governantes que queiram disputar a reeleição deixem seus cargos. Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que o Senado estará promovendo um atraso se aprovar a matéria da forma como ela veio da CCJ, e avisou: "A maioria que hoje aprova este retrocesso vai perceber o equívoco histórico".

Benedita da Silva (PT-RJ) considerou um absurdo o impedimento para a exibição em programas eleitorais de atos públicos promovidos pelos candidatos, e disse que a população será a maior prejudicada com isso. Ela se posicionou contra o financiamento privado de campanhas eleitorais. Roberto Freire (PPS-PE) esclareceu que, como está o projeto, não será o candidato mas sim o próprio ocupante do cargo quem vai participar das inaugurações. Em seu entender, talvez fique mais fácil para a opinião pública vigiar o uso da máquina administrativa.

Emília Fernandes (PDT-RS) lastimou que, havendo menos de 20 parlamentares em plenário na hora em que ela falava, isso significava que "as coisas já estavam resolvidas". Ela explicou que o Senado tinha que ser a Casa do debate, onde todos pudessem se manifestar livremente. Daí por que essa tinha que ser uma lei "que não viesse direcionada, que não tivesse nome nem endereço".

Valadares só admite financiamento público

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu emenda de sua autoria ao projeto de Lei Eleitoral, de modo a estabelecer que o Fundo Partidário será constituído por dotações orçamentárias da União, vedando-se aos partidos políticos e aos candidatos receberem qualquer contribuição ou auxílio pecuniário de pessoas físicas ou jurídicas.

Valadares: dotações da União

Visando assegurar os princípios da igualdade entre partidos e candidatos, ele esclareceu que, conforme a emenda, a distribuição de recursos se dará entre os partidos que tenham na Câmara dos Deputados uma bancada eleita com 10 parlamentares, no mínimo.

Além de atender ao custeio exclusivamente público da campanha eleitoral, a emenda de Valadares estabelece que "a dotação não poderá ultrapassar o valor equivalente ao número de eleitores do país multiplicado por R$ 7,00, em valores de outubro de 1997, tomando-se por base o eleitorado existente em 31 de dezembro do ano anterior".

Na sua justificação, Antonio Carlos Valadares argumentou que "a emenda é uma medida salutar, porque tem o condão de proteger os partidos sem condições econômicas contra o massacre dos poderosos".

- A emenda proíbe a utilização, na campanha eleitoral, de recursos privados, como atualmente é permitido. O financiamento será exclusivamente público e haverá a garantia de que, em cada pleito, o Tribunal Superior Eleitoral distribuirá os recursos consignados no Orçamento da União para o Fundo Partidário, equitativamente, a partidos políticos e coligações - disse.

Previdência pode entrar na pauta

O plenário do Senado deve votar na sessão ordinária de hoje, em primeiro turno, o substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à proposta de emenda constitucional que reforma a Previdência Social. A votação da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi concluída no dia 3.

Ainda hoje será discutido, em turno único, o projeto da Comissão Especial do Vale do São Francisco que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Beni Veras: substitutivo

Presidente da Comissão Mista de Orçamento diz que o controle da dívida pública e o equilíbrio da balança de pagamentos estão entre os principais objetivos da política econômica que orienta a proposta do governo para o Orçamento de 1998

"Cobertor está curto", constata Suassuna

Relator demonstra que Orçamento é transparente

O relator do projeto de Orçamento Geral da União para 1998, deputado Aracely de Paula, assegurou ontem, na terceira reunião regional da Comissão Mista de Orçamento, realizada na Assembléia Legislativa de Belo Horizonte, que levará ao Congresso as alternativas recolhidas nas diferentes regiões "que visem minimizar alguns desacertos do Orçamento, como o socorro a áreas esquecidas na proposta do Executivo".

Ele entregou ao vice-governador de Minas, Walfrido Mares Guia, os disquetes contendo a execução do Orçamento de 1997. Simbólico, o ato firmou o compromisso da comissão de buscar o máximo de transparência em matéria orçamentária no âmbito do Parlamento. Tanto a proposta do Executivo para 1998 quanto a execução orçamentária relativa a 1997 podem ser acessadas na Internet, nas *home pages* da Câmara e do Senado, anunciou. Os endereços eletrônicos são os seguintes: *http://www.camara.gov.br* e *http://www.senado.gov.br*

O encontro contou com a presença do governador de Minas, Eduardo Azeredo. A mesa da reunião, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da comissão, também foi integrada por Romeu Queiroz, presidente da Assembléia Legislativa de Minas; Walfrido Mares Guia, vice-governador-MG; Edgar Monteiro Gonçalves da Rocha, secretário de Planejamento e Controle do estado do Rio, representando o governador Marcelo Alencar; Sandra Carvalho de Berredo, secretária de Ações Estratégicas do Espírito Santo, representando o governador Vitor Buaiz; Marcos Santana, vice-prefeito de Belo Horizonte, representante do prefeito Célio de Castro; e o deputado João Fassarela, coordenador-geral da reunião regional.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, Ney Suassuna (PMDB-PB), disse ontem que o impacto das taxas de juros sobre a dívida pública limita a capacidade de investimento estatal para 1998 a exíguos R$ 8,4 bilhões.

- O cobertor está curto - frisou o parlamentar, ao dirigir a reunião regional da comissão realizada ontem em Belo Horizonte, referente ao Sudeste. Conforme o senador, "os R$ 37,2 bilhões de despesas orçamentárias previstos para o próximo ano apenas para pagamento de juros e encargos da dívida pública interna e externa correspondem ao PIB de todo um país como o Chile".

Em 1997, destacou Suassuna, o Orçamento previa R$ 25,5 bilhões para pagamento das despesas com juros e encargos da dívida pública, gastos que sofreram, portanto, um aumento de 46%. Boa parte desse aumento pode ser atribuída à federalização das dívidas estaduais, que impôs uma redução de 20% no total de investimentos públicos previstos para 1998, acentuou.

Suassuna: sobra muito pouco

Conforme dados das assessorias técnicas de orçamento da Câmara e do Senado, em dezembro de 1996 o conjunto da dívida pública, a preços constantes de junho de 1997, totalizou R$ 134 bilhões de dívida interna e R$ 97 bilhões de dívida externa. As estimativas para dezembro de 1997 são de que aquelas dívidas atinjam um total de R$ 356 bilhões, sendo R$ 252 bilhões relativos à dívida interna e R$ 104 bilhões à externa.

Em dezembro de 1998, a dívida interna alcançará R$ 271 bilhões e a externa, R$ 107 bilhões, totalizando R$ 378 bilhões.

Esses números fundamentam que o controle da dívida esteja entre um dos dois principais objetivos da política econômica que ilumina a proposta para o Orçamento de 1998. O outro objetivo é manter o equilíbrio da balança de pagamentos, conforme a mensagem que acompanhou a proposta do Executivo.

Dado o volume do estoque da dívida, R$ 254,3 bilhões das dotações dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos para 1998 serão destinados à rolagem da dívida federal, o que significa 58% do total orçamentário.

Por orientação do presidente e do relator da comissão, Ney Suassuna e Aracely de Paula, as assessorias técnicas da Câmara e do Senado elaboraram uma síntese dos grandes agregados e políticas macroeconômicos que fundamentam a proposta do Orçamento.

Senador destaca união do PMDB da Paraíba

Ao mencionar a convenção do PMDB na Paraíba que se realizará no dia 21, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que "a união do partido é total em torno dos ideais expressos no conteúdo programático e dos seus operadores políticos". A chapa Maranhão-Ivandro Cunha Lima deverá, na sua opinião, consolidar a hegemonia do partido no estado.

Essa hegemonia, afirmou Suassuna, já está confirmada no Senado, onde as três cadeiras destinadas ao seu estado são ocupadas pelo partido. Esse fato, lembrou, confere à Paraíba, juntamente com Goiás e Bahia, "uma condição *sui generis* no exercício da representação federativa".

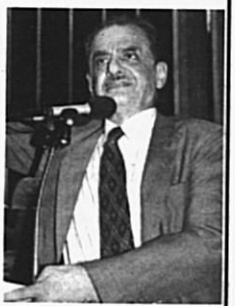
Para Suassuna, já se diluíram as tensões - "naturais nos períodos que antecedem as campanhas eleitorais" - geradas pela novidade do instituto da reeleição. "As lideranças paraibanas souberam trilhar o caminho do entendimento, fazendo prevalecer o bom senso e a paz no partido", disse, elogiando a conduta do governador José Maranhão, o desprendimento do senador Ronaldo Cunha Lima e a sabedoria e a firmeza do senador Humberto Lucena, "cuja serenidade se refletiu nos espíritos durante os momentos mais veementes", disse.

Cabral e Simon falam hoje sobre "Mãos Limpas" italiana

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS) concedem hoje, às 15h30, na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), entrevista à imprensa sobre a audiência pública com os procuradores italianos da *Operação Mãos Limpas*, marcada para amanhã.

Estarão presentes na audiência pública os procuradores Francesco Savério Borelli, Piercamillo da Vigo, Gherardo Colombo e Francesco Greco, responsáveis por uma verdadeira varredura no sistema público da Itália. A operação culminou em prisões, demissões e afastamento de ocupantes de cargos de comando.

Cabral explica audiência



Simon: exemplo italiano

A expectativa dos senadores é de que os depoimentos dos agentes da Justiça italiana possam trazer lições que auxiliem o Brasil a melhor se organizar no combate à corrupção. A audiência pública está agendada para as 10h de quinta-feira, no Auditório Petrônio Portella.

NÃO À VIOLÊNCIA

ACM manda rever abrandamento de pena

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, devolveu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto de lei originário da Presidência da República e aprovado na Câmara que permite o abrandamento das penas para os condenados por crimes hediondos.

Aprovado em votação simbólica, semana passada, na CCJ do Senado, o projeto aguardava deliberação do plenário, mas o próprio presidente do Senado manifestou-se na sexta-feira, dia 12, contra sua conveniência, visto que a sociedade brasileira discordava da medida.

Ao anunciar ontem a decisão de devolvê-lo à CCJ, Antonio Carlos Magalhães disse que tomava a decisão a fim de que a matéria retorne a plenário conforme "o interesse da coletividade".

DÍVIDA PAULISTA

Na mesma sessão, o Senado aprovou resolução autorizando o estado de São Paulo a emitir, mediante ofertas públicas, R$ 381,8 milhões em Letras Financeiras do Tesouro do Estado, destinando esses recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento em setembro de 1997. O senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) ofereceu parecer favorável, dizendo que, do ponto de vista legal, o estado se encontra apto a fazer essa emissão.

O Senado aprovou também projeto autorizando o estado do Maranhão a contratar, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Longo Prazo dos Estados, operação de crédito no valor de R$100 milhões junto à Caixa Econômica Federal. Os dois projetos agora vão a promulgação.

Dutra: objetivo é aprofundar a discussão da proposta

Dutra propõe audiências para debater projeto

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) anunciou ontem que proporá a realização de audiências públicas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre o projeto de lei que abranda penas para crimes hediondos. Ele esclareceu que seu objetivo não é adiar a votação do projeto, mas sim aprofundar a sua discussão.

Depois de fazer um retrospecto da tramitação do projeto no Senado, Dutra informou que, ao contrário do que foi publicado na edição de ontem do *Jornal do Senado*, não participou da reunião da comissão de triagem de projetos para votação na CCJ. Conforme informou, no dia citado ele estava em encontro com o presidente do PT, José Dirceu.

O senador considerou que esse projeto de lei, de iniciativa do presidente da República, tem um "embasamento correto" ao propor a ressocialização dos presos, mas assinalou que votará contra se não forem retirados alguns tipos de crimes passíveis de abrandamento da pena, como, por exemplo, o genocídio.

- Foi até bom que esse projeto tenha sido aprovado apenas na CCJ. Se tivesse sido aprovado no plenário, o presidente da República poderia passar pelo constrangimento de vetar um projeto de sua própria autoria - frisou.

Em apartes, os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e Bernardo Cabral (PFL-AM) apoiaram a sugestão de José Eduardo Dutra.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1
Transponder - 1 BE (Banda Estendida), **Polarização:** Vertical
Freqüência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz
Freqüência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz
Freqüência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz
Antena - 3,6 m
LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)
Receptor de Vídeo/Áudio Digital
NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S
Integrated Receiver/Decoder (IRD)
Fabricante: CLI (Compressed Digital Vídeo)
Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600
Obs.: Fixar o *Data Rates* em 6,6 Mb/s.

Tebet busca recursos do Bird para combater a prostituição infantil

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem que a reportagem da *Folha de S. Paulo* de domingo sobre o aumento da prostituição infantil em Mato Grosso do Sul é um grito de alerta aos responsáveis pela defesa e desenvolvimento da região do Pantanal.

Ele defendeu o investimento de parte dos recursos provenientes do Banco Mundial para a preservação do meio ambiente, na criação de empregos e na solução de problemas sociais da região.

Depois de citar resultado de pesquisa do Ministério da Justiça e do Unicef que revela a existência de 65 pontos de prostituição infantil em seis cidades da região pantaneira, o senador pediu punição imediata para os donos desses prostíbulos que exploram menores.

Ramez Tebet lembrou que o estado recebe anualmente mais de 200 mil turistas e que várias cidades do Pantanal têm o turismo como fonte principal de recursos. Ressalvou, no entanto, que essa atividade na região deve ser "sadia e pura como é a beleza natural do Pantanal; o turismo sexual, ao contrário, macula o corpo e a alma de nossas crianças".

O senador apontou o desemprego e a pobreza como causas da prostituição infantil e se disse indignado ao saber que alguns pais encaminham suas próprias filhas a essa atividade ilegal.

Tebet também sugeriu que o Programa de Desenvolvimento do Pantanal do governo federal - com orçamento da ordem de 400 milhões de dólares - destine recursos à melhoria da qualidade de vida da população. Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que a prostituição infantil, cuja raiz está na injustiça social, é uma chaga que envergonha a nação.

Tebet pede punição para donos de prostíbulos

Sem oportunidade de ingresso na vida economicamente ativa do país, grande parte da população "bandeia-se para a economia informal", afirma o senador

Hollanda defende política de empregos

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu ontem a implementação de políticas públicas que permitam o crescimento econômico e a geração de postos de trabalho nos setores produtivos da economia.

Conforme o senador, sem oportunidade de ingresso na vida economicamente ativa do país, grande parte da população "bandeia-se para a economia informal", o que prejudica tanto o Estado como o próprio cidadão que se mantém à margem do sistema produtivo legal.

Hollanda: mais qualificação

- Situações como essa representam uma sangria para a economia do país, que, de um lado, vê reduzida sua arrecadação de impostos para custear benefícios sociais e, de outro, não tem meios para dar a essa parcela expressiva da população o amparo da estrutura social existente - afirmou.

Na opinião do senador, outra questão a ser resolvida refere-se à organização do mercado de trabalho. A maioria das ofertas de emprego exige qualificação e experiência prévia, criando uma "barreira quase intransponível para boa parte dos estudantes", que não foram devidamente preparados para o mercado de trabalho por "cursos excessivamente teóricos".

Hollanda defendeu a importância de as escolas modernizarem seus currículos e darem maior atenção às áreas de formação profissional, atendendo assim à demanda da sociedade. Afirmou ainda que é preciso incentivar empresas e órgãos empregadores no sentido de acolher estagiários e pré-formandos para que possam adquirir a capacitação necessária em suas profissões.

Machado: mais proteção

Machado quer adoção por avós e irmãos

Projeto de lei que viabiliza a adoção por parte dos avós e irmãos do órfão foi apresentado pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE). Ele afirma que o Estatuto da Criança e do Adolescente não permite a adoção por estes parentes, rompendo um princípio seu de que na apreciação do pedido seria levado em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade.

Machado ressalta que a Constituição é bastante clara ao determinar que membros da família têm responsabilidade recíproca, devendo assegurar à criança e ao adolescente "um crescimento sadio, no seio da família". Ele acrescenta que o Estatuto da Criança também prioriza a criação e educação da criança em família, e só excepcionalmente em família substituta, mas, por uma falha, não permite a adoção por ascendentes e irmãos do adotando.

ACM registra noventa anos de Dona Canô

"A glória da Dona Canô é a glória da Bahia", afirmou ontem o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ao registrar, em plenário, as comemorações pelos 90 anos de idade da mãe dos cantores Caetano Veloso e Maria Bethânia. "Mãe de outros filhos ilustres de Santo Amaro, ela os educou com seu marido Zezinho, de forma a que todos pudessem ver nessa família Veloso uma família unida, uma família que engrandece o meu estado", disse ele.

- Participei, hoje pela manhã, das festividades da missa mais linda a que assisti na minha vida. Foi em Santo Amaro, com a família Veloso toda reunida em torno dessa senhora que é um símbolo da minha terra: a Dona Canô. Aos 90 anos, ela praticamente dirigia todo o espetáculo ao meu lado, sabendo de tudo o que ia acontecer, numa lucidez impressionante, dando demonstrações de força e de liderança, o que realmente honra a mulher brasileira - acrescentou.

Antonio Carlos Magalhães pediu à senadora Júnia Marise, na presidência da sessão, que fizesse chegar a Dona Canô, cujas qualidades foram exaltadas na homilia pelo padre Gaspar Sadok - "um dos maiores oradores sacros do Brasil" -, as expressões de alegria do Senado pelos seus 90 anos de "tanto trabalho e de tanto amor à sua terra, Santo Amaro".

Conab merece prêmio de qualidade, reivindica Amin

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) apoiou a candidatura da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ao Prêmio Nacional de Qualidade Total. Ele argumentou que a companhia "nos ensina que a empresa pública pode ser tão ágil, tão pragmática e tão eficiente quanto qualquer companhia privada".

Amin elogiou a gestão de Francisco Sérgio Turra à frente da companhia e disse que resultados como "patrimônio líquido alto, grau de endividamento baixo, liquidez corrente extremamente razoável e margem bruta e líquida invejáveis merecem aplausos".

Amin: gestão produtiva

De acordo com Amin, a recuperação da Conab foi realizada por meio da absorção e disseminação de novas tecnologias, além da aplicação racional e planejada dos seus recursos disponíveis. Ele ressaltou que, no primeiro semestre de 97, a empresa registrou uma queda de 32,44% nos gastos com pessoal em relação ao mesmo período em 96, uma diminuição de 89,94% no pagamento de licenças-prêmio e de 38,28% nos gastos com gratificações funcionais. Para Amin, o exemplo da atual administração da Conab merece ser seguido por outras empresas.

Benedita: capacitação

Informática nas escolas, quer Benedita

O ensino de informática será obrigatório nos currículos dos estabelecimentos de 2º e 3º graus, caso seja aprovado projeto apresentado pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

Benedita argumenta que uma das principais barreiras para quem busca trabalho é a informática, "já que raramente, na atualidade uma empresa admite quem não domine ou tenha conhecimentos básicos de micro, *softwares* e *hardwares*".

Pelo projeto, os conselhos estaduais de educação devem implantar o ensino de informática no que se refere aos aspectos pedagógicos e didáticos e as escolas com até 100 alunos teriam um prazo máximo de dois anos, a partir da publicação da lei, para admitir ou capacitar seus professores ao ensino da nova disciplina.

Na opinião da senadora Benedita da Silva, a globalização acentuou as desigualdades econômico-culturais dos diversos países e a competitividade se acirrou em todas as instâncias de vida dos cidadãos, notadamente nas suas atividades profissionais.

- A troca de informações diversas, a cultura, o aprendizado se processa, hoje, mais rápido e eficientemente, nos grandes centros por meio de computadores integrados a redes mundiais. Há que se eliminar o descompasso entre a educação, a profissionalização e o mercado de trabalho, de modo a proporcionar igualdade de oportunidade para todos - ressaltou a senadora.

Comunidade completa primeiro aniversário e pode significar mais que estreitamento cultural, considera senador

Campos lembra união entre países de língua portuguesa

O senador Júlio Campos (PFL-MT) registrou o primeiro aniversário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), destacando ser uma tendência mundial "o reagrupamento entre países que se unem por interesses específicos não apenas no campo dos valores políticos e culturais, mas também no desenvolvimento econômico e social".

Ele ressaltou que os objetivos da CPLP são a cooperação político-diplomática, o intercâmbio cultural e a materialização de projetos de promoção e difusão do idioma português. A seu ver, a união dos países de língua portuguesa estreitou laços diplomáticos e fez crescer o diálogo com as nações que têm, a par do idioma, afinidades técnicas, culturais e históricas. Tal fato, a seu ver, constitui um passo importante para a política externa brasileira.

Campos: alternativa econômica

Para Júlio Campos, essa comunidade não deve se restringir apenas às questões do idioma, mas também redefinir uma política que faça a língua portuguesa alcançar uma posição mais privilegiada no contexto das línguas oficiais. "É inconcebível que, sendo o terceiro idioma mais falado no mundo ocidental, o português não seja sequer admitido como língua de trabalho nos auditórios da Organização das Nações Unidas."

Na opinião do senador, a constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa não deve ser vista como uma alternativa aos entendimentos de natureza econômica que tem como base a geopolítica, em prejuízo de acordos como o Mercosul, o Nafta e a Alca.

- A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa deve ser um instrumento de intercâmbio e coordenação dos posicionamentos dos países-membros no panorama dos temas políticos e econômicos da atualidade e do futuro - frisou ele.

Jucá: Brasil deve repudiar pressão com firmeza

Ao lembrar o episódio envolvendo o relacionamento entre o Mercosul e os Estados Unidos, o senador Romero Jucá (PFL-RR) afirmou que "o desenvolvimento dos países latino-americanos deve ser alcançado com esforço próprio". A seu ver, "a auto-realização do país precisará de firmeza para o repúdio de pressões externas, mesmo de países amigos, sempre que venham a se sobrepor ao interesse brasileiro".

Jucá: sem imposições

Para Jucá, aquele fato demonstrou a grande diferença entre interesses brasileiros e americanos. Ele afirmou que é favorável à globalização, "mas de dentro para fora, nunca imposta de fora para dentro, pois o interesse nacional há que predominar, soberanamente".

Ele disse que a modernização do Brasil exige mudanças para melhores condições de concorrência junto ao mercado internacional.

Jucá alertou também para o problema do agravamento do desemprego. O senador lembrou que "a questão do trabalho assume proporções maiores, uma vez que a cada ano vasto contingente de jovens se lança à busca de emprego".

Proposta de Alcântara beneficia filhos de brasileiros no exterior

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou proposta de emenda constitucional que permite aos brasileiros residentes no exterior, mesmo sem estar a serviço do Brasil, registrar seus filhos nos consulados, sem ter que esperar que estes façam a opção pela nacionalidade, evitando assim o risco de as crianças ficarem apátridas. Com essa iniciativa, ele diz atender a inúmeros pedidos.

- A reivindicação me parece procedente tanto quanto é injusta a situação dos filhos de brasileiros que ficam sem a proteção de nossa ordem jurídica até a idade em que lhe seria lícito optar pela nacionalidade de sua preferência - assinala o senador.

A proposta de Lúcio Alcântara visa aperfeiçoar os requisitos da nacionalidade previstos na Constituição, dispondo que são também natos os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, "desde que registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira".

Alcântara: reivindicação justa

Conforme o senador, a revisão da Constituição, em 1994, facilitou a concessão da qualidade de brasileiro nato aos nascidos no exterior cujos pais não estejam a serviço do Brasil, exigindo-lhes apenas a residência em território pátrio ou uma opção pela nacionalidade brasileira, a qualquer tempo.

Acontece que, no entender de Lúcio Alcântara, a revisão deixou de se referir à necessidade de registro em repartição brasileira competente. E, em conseqüência, tal atitude parece ter sido interpretada pelas autoridades consulares no exterior como uma proibição do referido registro, que não pode mais ser feito na mencionada situação.

O senador explica que é essa a razão pela qual vem sendo solicitado por brasileiros residentes no exterior, que não estão a serviço do Brasil, a apresentar a proposta de emenda constitucional. Eles alegam, acrescenta Alcântara, que, por não poderem registrar os filhos nos consulados, pode haver um grande intervalo entre a residência no exterior e a opção pela nacionalidade brasileira e que tal circunstância é prejudicial para a criança, que pode ficar apátrida.

TV SENADO HOJE

7h - Entrevista com o senador Lauro Campos (PT-DF) sobre a economia mundial e a posição do Brasil nesse contexto
8h - Debate entre o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e o deputado Marcelo Deda (PT-SE) sobre a necessidade de mudanças nas comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara (reapresentação)
9h30 - Entrevista com o senador Lauro Campos (reapresentação)
10h - Sessão plenária (ao vivo)
14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Comissão de Assuntos Sociais (pré-gravada pela manhã)
20h30 - Noticiário "Congresso Hoje"
20h40 - Sessão plenária (reapresentação)
0h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
1h - Debate sobre "Mudanças nas CCJs do Congresso" (reapresentação)
2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
7h40 - Música e informação
10h - Sessão extraordinária do Senado - votação da Lei Eleitoral
Em seguida - Música e informação
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
13h45 - Música e informação
14h15 - "Plenário em Revista"
14h30 - Sessão plenária
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
20h - Música e informação
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
22h45 - Música e informação
24h - Retransmissão da sessão plenária
4h - Música e informação até as 7h30

Dois anos depois de sua morte, o ex-senador e ex-governador paraibano foi lembrado por sua retidão e equilíbrio

Ronaldo homenageia memória de Mariz

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) homenageou ontem a memória do ex-senador Antônio Mariz, morto há dois anos, acentuando que o também ex-governador da Paraíba "foi um homem público de excelentes virtudes que deixou sua marca de caráter".

Em seu nome e no da bancada paraibana no Senado, Ronaldo renovou "o testemunho do meu apreço e de todo o povo da Paraíba, e a certeza da nossa lembrança e da nossa saudade".

Ronaldo Cunha Lima assinalou que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) também se solidarizava com a homenagem à memória de Mariz.

Ronaldo: Mariz deixou sua marca de caráter

Suassuna: sabedoria no impeachment

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) também homenageou a memória do ex-senador e ex-governador da Paraíba Antônio Mariz, ao enfatizar sua atuação como relator da Comissão Especial no processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor. "Ele agiu sem se deixar dominar por facciosismos partidários", disse.

Na opinião de Suassuna, Antônio Mariz impôs-se pelo equilíbrio na ação e pela segurança nos pronunciamentos. O senador lembrou que, ao fazer o prefácio do livro *O Impeachment do Presidente do Brasil*, que reproduz o relatório apresentado na Comissão Especial, o ministro Evandro Lins e Silva "retratou o que Antônio Mariz realizou, com sabedoria, durante a formação da culpa do acusado e a sessão de julgamento".

Para Ney Suassuna, as idéias defendidas pelo ex-senador subsistem pela sua força e contemporaneidade. Ele registrou que no programa *Conversa com o Presidente*, veiculado ontem, Fernando Henrique defendeu o incremento do turismo como alternativa de desenvolvimento para a região Nordeste, o que era uma das utopias de Antônio Mariz, segundo ele.

Freire lembra morte do ministro que assentou 13 mil famílias em 97 dias

O senador Roberto Freire (PPS-PE) lembrou ontem a memória do político pernambucano Marcos Freire, "um idealista convencido de que as instituições legítimas e verdadeiras eram fundamentais e inegociáveis, e que defendia um Legislativo autônomo e genuíno".

Morto há dez anos em acidente aéreo, Marcos Freire foi deputado, senador e ministro e, na opinião de Roberto Freire, "um dos homens públicos mais retos que tivemos". Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, foi também professor dessa faculdade.

Freire: "um dos homens mais retos"

- Tendo o lema "sem ódio e sem medo" por norte e com um comportamento político irretocável, esse grande líder pernambucano lutou bravamente contra as arbitrariedades do regime militar, inclusive a tortura e as ilegalidades de que se revestia aquele regime, e empenhou-se com igual rigor em defesa dos direitos humanos e do estado democrático de direito - disse.

O senador afirmou que Marcos Freire, na fase de consolidação democrática, deu sua "grande contribuição" como ministro da Reforma Agrária, interrompida pelo acidente que o matou. De acordo com Roberto Freire, Marcos Freire deu origem a mudanças "significativas" de reestruturação fundiária, assentando 13.634 famílias em apenas 97 dias.

Gilvam elogia obra que faz justiça ao Jari de Ludwig

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) destacou o lançamento do livro *A Jari e a Amazônia*, de Cristóvão Lins, que aborda a história do Vale do Jari, desde os pioneiros da fase extrativista até a implantação da empresa florestal e agropecuária pelo norte-americano Daniel Ludwig, "e desfaz equívocos sobre aquela região do país".

Gilvam: livro sobre o empreendedor

Gilvam afirmou que a avaliação do autor sobre a empresa é altamente positiva, "já que, em curto espaço de tempo - de 1967 a 1982 -, ela trouxe um surto de desenvolvimento jamais sonhado para o Vale do Jari", ao transformar o que era latifúndio extrativista em moderno complexo industrial.

- O investimento do grupo americano que ali se implantou para explorar as essências florestais, especialmente o eucalipto para a produção de celulose em grande escala, proporcionou pela primeira vez ao caboclo amazônida os recursos mínimos próprios de todo homem civilizado: acesso a hospital, escola, água e esgoto tratado - disse o senador.

Cultura ao Meio-Dia apresenta hoje *Ed Mort*

O Projeto Cultura ao Meio-Dia - Cinema, a cargo da Coordenação de Relações Públicas do Senado, exibe hoje, no Auditório Petrônio Portella, o filme *Ed Mort Procurando o Silva*, de Alan Fresnot.

O filme, protagonizado pelo ator Paulo Betti, foi inspirado em personagem do escritor e humorista gaúcho Luís Fernando Veríssimo. O Cultura ao Meio-Dia, segundo o diretor de Relações Públicas, Vinícius da Costa Becker, é um projeto aberto a toda a comunidade, sempre com entrada franca.

Serviço informativo 24 horas do Senado

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Ronaldo Cunha Lima, Flaviano Melo e Joel de Hollanda e pela senadora Júnia Marise